



# PAPERS DO NAEA

ISSN 15169111

PAPERS DO NAEA Nº 008

**O INVESTIMENTO DA ECONOMIA CAMPONESA:  
CONSIDERAÇÕES TÉORICAS**

**Francisco de Assis Costa**

**Belém, Maio de 1993**

**O Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA)** é uma das unidades acadêmicas da Universidade Federal do Pará (UFPA). Fundado em 1973, com sede em Belém, Pará, Brasil, o NAEA tem como objetivos fundamentais o ensino em nível de pós-graduação, visando em particular a identificação, a descrição, a análise, a interpretação e o auxílio na solução dos problemas regionais amazônicos; a pesquisa em assuntos de natureza socioeconômica relacionados com a região; a intervenção na realidade amazônica, por meio de programas e projetos de extensão universitária; e a difusão de informação, por meio da elaboração, do processamento e da divulgação dos conhecimentos científicos e técnicos disponíveis sobre a região. O NAEA desenvolve trabalhos priorizando a interação entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Com uma proposta interdisciplinar, o NAEA realiza seus cursos de acordo com uma metodologia que abrange a observação dos processos sociais, numa perspectiva voltada à sustentabilidade e ao desenvolvimento regional na Amazônia.

A proposta da interdisciplinaridade também permite que os pesquisadores prestem consultorias a órgãos do Estado e a entidades da sociedade civil, sobre temas de maior complexidade, mas que são amplamente discutidos no âmbito da academia.

**Papers do NAEA - Papers do NAEA** - Com o objetivo de divulgar de forma mais rápida o produto das pesquisas realizadas no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e também os estudos oriundos de parcerias institucionais nacionais e internacionais, os Papers do NAEA publicam textos de professores, alunos, pesquisadores associados ao Núcleo e convidados para submetê-los a uma discussão ampliada e que possibilite aos autores um contato maior com a comunidade acadêmica.



## **Universidade Federal do Pará**

### **Reitor**

Marcos Ximenes Ponte

### **Vice-reitor**

Zélia Amador de Deus

## **Núcleo de Altos Estudos Amazônicos**

### **Diretor**

Francisco de Assis Costa

### **Diretor Adjunto**

Tereza Ximenes Ponte

## **Conselho editorial do NAEA**

Edna Ramos de Castro

Francisco de Assis Costa

Indio Campos

Marília Emmi

## **Setor de Editoração**

E-mail: [editora\\_anae@ufpa.br](mailto:editora_anae@ufpa.br)

Papers do NAEA: [Papers\\_anae@ufpa.br](mailto:Papers_anae@ufpa.br)

Telefone: (91) 3201-8521

Paper 008

Revisão de Língua Portuguesa de responsabilidade do autor.

# O INVESTIMENTO NA ECONOMIA CAMPONESA: CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS<sup>1</sup>

---

*Francisco de Assis Costa<sup>2</sup>*

## **Resumo:**

Este artigo apresenta um modelo de análise do investimento na unidade de produção camponesa a partir das proposições de Marx e Chayanov. Apresenta os fundamentos da visão pessimista de Marx e a perspectiva chayanoviana de uma propensão camponesa a investir, particularmente, elevada. Partindo dessa discussão, formula-se uma abordagem que considera o potencial percebido por Chayanov a partir de fundamentos microeconômicos da economia camponesa e os limites do investimento camponês num sistema capitalista observados por Marx a partir de uma perspectiva macroeconômica das características específicas da pequena produção de mercadorias. Finalmente, o artigo propõe generalizações que encontram nas contradições entre as restrições reais, determinadas pelas macro-variáveis e o potencial das avaliações subjetivas da família como unidade de produção e consumo, quanto às suas necessidades de investir, o principal fundamento das formas diversas como tem se apresentado a relação campesinato/capitalismo.

**Palavras-chave:** Marx. Chayanov. Economia Camponesa. Campesinato.

## **Abstract:**

This paper presents a model based on Marx and Chayanov which explains investment by the peasant production unit. The paper presents the basis of Marx's pessimistic view, and Chayanov's approach to the peasants special propensity for investment. Based on This discussion an analytical model is formulated which considers the Chayanovian potential derived from a microeconomic perspective of the peasant, and the limits on peasant investment in a capitalist system derived from a marxian macroeconomic perspective on the specific characteristics of petty commodity production. Finally, the paper points to generalizations which center on the contradictions between real restrictions determined by macro variables and the subjective potential of the family production and consumption unit, the essential focus of the interpretation of the diverse forms of the relationship peasant/capitalism.

**Keywords:** Peasant production unit. Marx's pessimistic view.

---

<sup>1</sup> Trabalho realizado como parte da pesquisa "Estudos Agro-econômicos e Sociais do Setor Primário da Amazônia", convênio SUDAM/UFPA-NAEA/FADESP. Aceito como Papers do NAEA em junho de 1993. Uma versão revisada foi publicada in: O Investimento Camponês: considerações teóricas. In: *Revista de Economia Política*. Vol. 15, N.1, jan./mar. (1995)

<sup>2</sup> Professor e Pesquisador do NAEA da UFPA.

## 1. Introdução

Uma das questões mais controversas no debate sobre o campesinato no capitalismo é a relativa à formação de capital nessa forma de produção. O debate, desde mais de um século, polariza-se nas posições que defendem, de um lado uma incapacidade estrutural das unidades camponesas de internalizarem sobre-trabalho - uma baixa capacidade de investimento que inviabilizaria a permanência do campesinato junto ao modo de produção capitalista onde, ao contrário, as empresas são compulsadas a contínuos investimentos e, com eles, à incorporação dos avanços da ciência através de adoção de novas técnicas. De outro lado, vê-se na unidade de produção familiar uma microeconomia particular, responsável por uma propensão especialmente alta às inversões de capital.

A produção econômica de Marx é a matriz da primeira posição, enquanto as teorias do economista russo Chayanov encontram-se na base da segunda. Neste artigo empreenderemos, em primeiro lugar, um resgate dos fundamentos teóricos de ambos os autores. Em um segundo momento, buscaremos uma aproximação dos resultados das duas proposições e entabularemos a formulação de alguns enunciados próprios. Aqui, procurar-se-á encaminhar questões de fundo em um programa de pesquisa sobre o papel do campesinato no desenvolvimento agrícola na Amazônia.

## 2. Os problemas do campesinato no capitalismo em Marx

Marx era particularmente pessimista em relação ao futuro do campesinato no capitalismo. Sua análise, para aí desembocar, supõe que a relação campesinato/capitalismo far-se-ia sob condições particulares estabelecidas tanto no *plano da distribuição* quanto no *plano da troca* enquanto instâncias mediadoras distintas da produção e do consumo<sup>3</sup>.

No *plano da distribuição*, a forma de produzir camponesa caracterizar-se-ia por entregar de graça parte do trabalho excedente por ela produzida para a sociedade (MARX, 1985:923-924). Tal afirmativa funda-se na constatação de uma especificidade dos camponeses quando comparados aos empresários capitalistas: eles não param de concorrer entre si enquanto o lucro e a renda da terra estão sendo corroídos por preços de mercado sistematicamente abaixo do valor, mantendo-se produtivos mesmo quando o seu rendimento equipara-se apenas ao salário médio de mercado, ou mesmo, se situa

---

<sup>3</sup> No texto Para a Crítica da Economia Política Marx estabelece bem a diferença entre o momento da distribuição e o momento da troca em relação com a produção e o consumo. "[A produção aparece assim como ponto inicial; o consumo como ponto final; a distribuição e a troca aparecem como meio termo, que é assim dúplice], já que a distribuição é determinada como momento determinado pela sociedade, e a troca como momento determinado pelos indivíduos. Na produção a pessoa se objetiva; no consumo a coisa se subjetiva; na distribuição, a sociedade, sob a forma de determinações gerais dominantes, encarrega-se da mediação entre a produção e o consumo; na troca, esta mediação realiza-se pelo indivíduo determinado fortuitamente" (Marx, K. - Para a Crítica da Economia Política. In: Os Pensadores. Abril Cultural, 1978. p. 107-108.)

abaixo deste (idem:923). Tal forma de produzir não poderia, assim, absorver os progressos tecnológicos necessários ao enfrentamento das empresas capitalistas, compulsivamente inovadoras na busca concorrencial do lucro (Ibidem:924).

No plano da distribuição, pois, estabelece-se uma exploração não localizável, sistêmica, de tal modo que

$$\frac{W_{MC}}{W_{MI}} = 1 + a \quad (1)$$

onde  $W_{MC}$  é o valor de mercado do produto camponês  $W_{MI}$  o valor de mercado dos produtos adquiridos pelos camponeses e "a" uma taxa de exploração tendencialmente maior do que zero. Considerando que para Marx o valor de uma mercadoria é o "...tempo de trabalho em média necessário ou socialmente necessário para a [sua] produção.." (conf. Marx, L. I: 45-46),  $W_{MC}$  equivaleria à parcela  $Q_c$  da mercadoria produzida pelos camponeses multiplicada pelo valor médio desta mercadoria, isto é, pelo resultado da divisão da quantidade total de trabalho despendido em conjunto por todas as unidades produtivas (não apenas camponesas) na obtenção do total socialmente disponível da tal mercadoria, pela sua quantidade total ( $Q_t$ ). A taxa de exploração "a", válida para o conjunto das unidades camponesas que participaram da produção de  $Q_c$ , impor-se-ia para cada unidade de produção individualmente mediada por sua condição particular (e fortuita) na produção e na troca. Na produção afirma-se o peso da diferença entre a condição da unidade particular e a média de todos os produtores. Assim, a taxa de exploração social "a" apresenta-se para um produtor individual como a taxa  $\alpha$  na expressão abaixo:

$$1 + \alpha = \frac{W_{LC} \cdot W_{MC}}{W_{MC} \cdot W_{MI}} = \frac{Q_{CL} \cdot w_{LC}}{Q_{CL} \cdot w_{MC}} \cdot \frac{W_{MC}}{W_{MI}} = \frac{w_{LC} \cdot W_{MC}}{w_{MC} \cdot W_{MI}} \quad (2)$$

onde  $W_{LC}$  é o tempo de trabalho localmente (particularmente) aplicado na obtenção de  $W_{MC}$ ,  $Q_{CL}$  a quantidade produzida do produto em questão pela unidade produtiva (ou estrutura meso) particular,  $w_{LC}$  o tempo de trabalho médio realmente aplicado localmente por unidade de produto e  $w_{MC}$  o seu valor médio de mercado.

Reescrevendo a expressão acima, considerando que  $w_{LC}/w_{MC}$  é igual a relação entre a produtividade média do mercado nacional e a produtividade local, ao que chamamos de  $\Omega$ , explicitamos melhor o fundamental da teoria de Marx:

$$1 + \alpha = \frac{W_{LC}}{W_{MI}} = \Omega \cdot (1 + a) \quad (3)$$

ou

$$W_{MI} = W_{LC} \cdot \frac{1}{\Omega \cdot (1 + a)} \quad (4)$$

$$\text{ou } W_{MIK} = \left( W_{LC} \cdot \frac{1}{\Omega \cdot (1 + a)} \right) - W_{ID} \quad (5)$$

Se cresce  $\Omega$  (a desproporção entre produtividade local e nacional),  $a$ , ou ambos os fatores, eleva-se o esforço da unidade produtiva, expresso em  $W_{LC}$ , para a obtenção da mesma quantidade de produtos industriais  $W_{MI}$ . Ou, para esforço constante, a unidade produtiva obterá cada vez menos produtos industriais, bloqueando as possibilidades de investimento (impondo limites graves ao tempo disponível para investimentos,  $W_{MIK}$ , na consideração de que  $W_{MID}$  expressa o tempo necessário para obtenção dos bens industriais necessários à reprodução da família).

No *plano da troca*, Marx releva a mediação do capital mercantil e usuário como bloqueadora do desenvolvimento técnico dos camponeses. Partindo-se de uma dedução trivial de que o lucro do capital mercantil nesta mediação afere-se pela taxa  $m$ , tal que

$$m + 1 = \frac{Q_C \cdot P_{MC}}{Q_I \cdot P_{MI}} \quad (6)$$

onde  $m$  é a taxa de lucro,  $Q_C$  é quantidade de produtos camponeses postos no mercado,  $P_{MC}$  seu preço de mercado,  $Q_I$  a quantidade de produtos industriais consumidos pelos camponeses e mediados pelo capital mercantil e  $P_{MI}$  seu preço de mercado, teríamos, multiplicando ambos os membros da equação por  $w_{MC}/w_{MI}$ ,

$$(m + 1) \cdot \tau = \frac{w_{MC} \cdot Q_C \cdot P_{MC}}{w_{MI} \cdot Q_I \cdot P_{MI}} \quad (7)$$

onde  $\tau$  é igual  $w_{MC}/w_{MI}$ , fração cujo numerador, como já se definiu, representa o valor médio de mercado do produto camponês, e o denominador o valor médio, ou melhor, uma ponderação dos valores médios dos produtos industriais consumidos pelos camponeses.

Considerando que  $w_{MC} \cdot Q_C / w_{MI} \cdot Q_I$  nada mais é que o primeiro membro da equação (1) tem-se que

$$(m+1) \cdot \tau = (1+a) \cdot \frac{P_{MC}}{P_{MI}} = (1+a) \cdot \rho \quad (8)$$

$$\text{e que } 1+a = (m+1) \cdot \frac{1}{\rho} \cdot \tau \quad (9)$$

Se  $\tau$  é estruturalmente estável no médio prazo, a taxa "a" depende do inverso da relação de preços dos produtos camponeses em relação aos produtos industriais ( $\rho$ ) e da taxa de lucro do capital mercantil. E, aduzindo-se a conclusão expressa na equação (5), aumentando  $m$  ou deteriorando-se a relação de trocas  $\rho$ , crescem-se as dificuldades das unidades camponesas quanto ao investimento.

A teoria de Marx, nesta matéria, poderia ser resumida como segue: acoçadas por suas contradições mediante o mercado (concorrência além do limite que permitiria a incorporação na unidade de produção camponesa do sobre-trabalho por ela gerado) e exauridas pelas formas "anti-diluvianas" de capital as estruturas camponesas sucumbiriam inexoravelmente, uma vez que sua produtividade, pela ausência de formação de capital, tenderia a cair continuamente, ou, na melhor das hipóteses, se estável, tenderia a se confrontar com uma produtividade média crescente para o conjunto da produção (derivada tão somente da cada vez mais presente produção capitalista) aumentando inexoravelmente  $\Omega$  e a exploração  $\alpha$  das estruturas camponesas.

### 3. Os fundamentos da proposição de Chayanov

Ao contrário de Marx, cuja perspectiva parte do sistema econômico para análise da relação campesinato/capitalismo, e dos clássicos da questão agrária que o sucedem insistindo na dominância das mesmas tendências, a teoria chayanoviana do campesinato parte de uma perspectiva microeconômica (ARCHETTI, 1974). Enquanto no primeiro caso se chegava à visualização de unidades produtivas cujo comportamento específico (quando comparado ao comportamento capitalista) levaria a resultados homogêneos (a não internalização de sobre-trabalho pelo fato do camponês como empresário abrir mão da taxa de lucro e da renda da terra, satisfazendo-se com remuneração de assalariado de si próprio - nesse sentido o campesinato, enquanto estrutura econômica não se regularia pela taxa de remuneração do capital e da renda da terra mas, sim, unicamente pelo valor do salário), para a perspectiva Chayanoviana o caráter específico da unidade camponesa leva a uma economia sem determinações derivadas das grandezas socialmente determinadas, tanto do lucro e

renda da terra, quanto do salário. Partindo daí, Chayanov formula sua teoria do investimento camponês<sup>4</sup>.

Para Chayanov a família é o fundamento da economia camponesa - na sua condição de economia sem assalariamento -, uma vez que é tanto o ponto de partida quanto o objetivo da sua atividade econômica. Como única fonte de força de trabalho a família é o suposto da produção cujo objetivo nada mais é do que garantir a própria existência. A unidade camponesa é, pois, a um só tempo unidade de produção e unidade de consumo e encerra concomitantemente as funções das esferas de produção e reprodução de tal modo que

"(...) a família e as relações que dela resultam tem que ser único elemento organizador da economia sem assalariados". (CHAYANOV, 1923:9).

Como unidade de produção as dimensões econômicas da empresa camponesa são determinadas pela sua disponibilidade de membros aptos para o trabalho. Isto é, pela quantidade máxima de trabalho que estes podem realizar até atingir o limite de sua capacidade física. Por seu turno, o caráter de unidade de consumo impõe um nível mínimo de atividade, uma dimensão econômica mínima determinada pela

"quantidade de bens materiais absolutamente necessários à família."(Idem: 9).

Para a unidade camponesa, pois, não existe uma dimensão econômica que tenha que ser necessariamente atingida e que seja estabelecida por um rendimento socialmente determinado de cada unidade de trabalho aplicada - como é o caso da empresa capitalista frente ao salário. Aí, a atividade econômica mínima terá que produzir valores pelo menos equivalentes ao conjunto dos salários pagos e cada trabalhador trabalhará necessariamente pelo menos até o ponto em que o rendimento das suas atividades cubra o preço de mercado de sua força de trabalho. Para a empresa camponesa, o que existe é um nível de atividade a ser necessariamente atingida que determina com que rendimento cada unidade de trabalho da família tem que contribuir. Em outras palavras: não pertence à realidade da produção camponesa um rendimento por unidade de trabalho que seja determinante, como o é, para a empresa capitalista, o rendimento correspondente ao salário enquanto grandeza socialmente determinada, mas, sim, um rendimento por unidade de trabalho determinado pelas necessidades anuais da família camponesa - pelo caráter, pois, da empresa camponesa enquanto unidade de consumo.

O rendimento anual do trabalho, "a grandeza central dominante da empresa familiar" (Ibidem: 70), é, para Chayanov, uma significativa categoria. Vejo-a utilizada de duas maneiras: 1) como um *valor planejado*, como um *orçamento* transformado em objetivo acatado pelos membros ativos e

---

<sup>4</sup> É curioso que pouca atenção tenha sido dada a essa perspectiva na obra deste autor, talvez por conflitar com o núcleo da sua teoria que termina por sugerir um equilíbrio relativamente estático entre as condições endógenas de estabelecimento do nível de produção camponês.

determinado pelas necessidades de toda a família durante um ano - objetivo esse que norteará as decisões relativas às aplicações da força de trabalho familiar durante esse ano; 2) como um **valor realizado** que influi nas decisões relativas aos empregos futuros da força de trabalho familiar.

Como **valor planejado** o rendimento anual do trabalho da empresa camponesa é a) a base do cálculo a partir do qual a validade do emprego de cada unidade de trabalho é considerada e b) o ponto objetivo, em torno do qual se movimenta o equilíbrio entre as medidas subjetivas dos graus de satisfação das necessidades e de penosidade (fadiga) do trabalho. De acordo com Chayanov o emprego de uma unidade adicional de trabalho é vista pelo camponês como economicamente vantajosa sempre que o rendimento daí resultante possibilite o preenchimento do orçamento. Essa aplicação, todavia, só é considerada otimizada quando esse rendimento adicional foi obtido com o menor esforço possível. Aqui se pressupõe que para a unidade familiar camponesa o emprego de unidades adicionais de trabalho em confronto com a obtenção de unidades adicionais de rendimento não é avaliado indiferentemente. Pois, emprego adicional de trabalho significa maior penosidade da força de trabalho que, no curto prazo, é invariável, dada pelo tamanho e composição etária da família; por outra parte, se supõe que quanto mais próximo de atingir o orçamento planejado estiver os rendimentos totais, tanto menor será, para a família camponesa, o significado da última unidade de receita obtida (v. Ibidem: 34-37). Represente-se graficamente os comportamentos acima supostos e ter-se-á como resultado, duas curvas com inclinações contrárias, cujo ponto de intersecção corresponderia ao equilíbrio entre as medidas do grau de satisfação das necessidades e da penosidade do trabalho. Se esse ponto fosse alcançado no nível do preenchimento das necessidades, ter-se-ia, então, que o rendimento de cada unidade de trabalho correspondente seria considerado não apenas efetivo ou vantajoso mas, também, otimizado no curto prazo (ver Gráfico 1).

Como **valor realizado** o rendimento anual do trabalho da família camponesa influi nas decisões relativas ao emprego futuro da força de trabalho e das inovações técnicas que devem ou têm que ser incorporadas para o atingimento do equilíbrio otimizado acima mencionado.

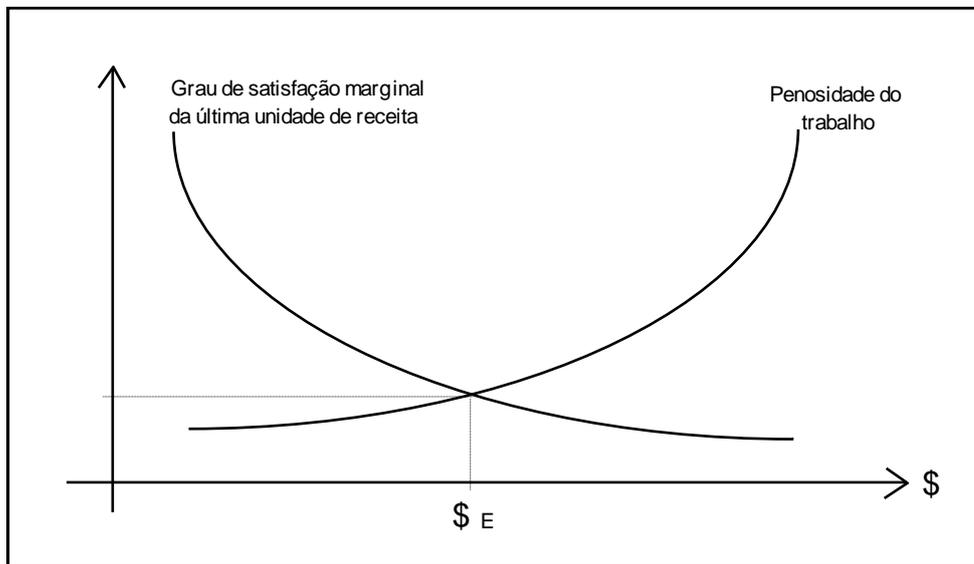
"Para uma empresa camponesa que dispõe apenas do mínimo em terra e meios de produção existe um forte estímulo para colocar estes fatores num nível ótimo (...)." (Ibidem: 63).

#### **4. Auto-exploração, Investimento e Diferenciação Demográfica**

Na medida em que a empresa familiar camponesa, enquanto unidade de produção, se orienta a partir de suas necessidades enquanto unidade de consumo, o desenvolvimento natural da família (seu crescimento natural, seu envelhecimento, etc.) exerce permanente pressão para mudar a relação

Trabalho  
Terra+ Capital

GRÁFICO 1 - REPRESENTAÇÃO DA RELAÇÃO ENTRE OS GRAUS DE PENOSIDADE DO TRABALHO E SATISFAÇÃO DA UNIDADE MARGINAL DE RECEITA DA UNIDADE CAMPONESA.



Tal ocorre, seja porque se tem que tornar mais efetivos os mesmos recursos materiais para fazer frente a tarefas de reprodução expressas por orçamentos anuais crescentes, seja porque terra e meios de produção adicionais se tornam imprescindíveis para a obtenção - de uma maneira que se pudesse considerar como eficiente - dos meios de satisfação das necessidades ampliadas. Isto é, atender estas necessidades no ponto em que a *penosidade do trabalho* se equilibraria com a *utilidade da última unidade de receita* da família - ambos valores subjetivamente avaliados.

Daí deriva Chayanov, a um só tempo, uma teoria da produção e uma do investimento, da qual faz parte uma teoria do desinvestimento. Esta última curiosamente tem sido objeto de maior atenção, no contexto das argumentações que apresentam os processos de diluição, multiplicação e reintegração das unidades camponesas como decorrência do *fato natural* a que denominou de *diferenciação demográfica* do campesinato, em contraposição à categoria de *diferenciação social* desenvolvida por Lenin.

Pouca atenção tem sido dada, contudo, ao significado que o desenvolvimento demográfico da família tem, para o autor, como motor da dinâmica da empresa camponesa no que tange aos investimentos e ao grau de auto-exploração da força de trabalho. São quatro os argumentos em defesa desta suposição:

Primeiro, o mero crescimento do número de membros da família exige um orçamento maior, um nível maior da empresa enquanto unidade de consumo e, assim, um volume maior da receita a ser necessariamente obtida pela família como unidade de produção - considerada naturalmente a hipótese de que o número de seus componentes aptos ao trabalho continuou o mesmo.

Segundo, mesmo que a relação

$$\frac{\text{Trabalho}}{\text{Terra + Capital}} = \frac{\text{No.de Trabalhadores X Dias de Trab/ano X Hora de Trab./dia}}{\text{Terra + Capital}}$$

mantenha-se inalterada na sua grandeza (as disponibilidades em terra e capital possam crescer em proporções equivalentes ao trabalho) e o rendimento por unidade de tempo de trabalho aplicado (hora, por exemplo) possa continuar o mesmo para maior intensidade do trabalho, mesmo assim, o crescimento das necessidades da família como consumidora exige um crescimento do rendimento anual de cada trabalhador da família - o que só pode ser conseguido através de ampliação da jornada de trabalho (do prolongamento do dia de trabalho) ou do aumento dos dias de trabalho no ano, enfim, através da elevação da penosidade do trabalho na mesma proporção do crescimento do orçamento familiar. Nestas circunstâncias, cada mudança no tamanho (número dos seus membros) ou na composição (relação força de trabalho/número dos membros) da família conduz ao mesmo tempo a alterações no grau de penosidade do trabalho.

Terceiro, mesmo quando a disponibilidade da empresa em terra e capital não puder ser alterada (a relação trabalho/(terra+capital) mencionada acima varia apenas a partir de unidades adicionais de trabalho) o crescimento da família conduz a uma variação contrária no rendimento de cada unidade de trabalho e, com isso, o grau de penosidade do trabalho se elevaria de forma mais que proporcional à variação no orçamento. Nesse caso, uma ampliação da força de trabalho da família conduziria à redução da penosidade - todavia com concomitante queda no rendimento de cada unidade de trabalho - significando, assim, que o novo grau de penosidade permanecerá maior que era antes do aumento da família.

Quarto, consoante a isso, as mudanças, seja no tamanho, seja na composição da família significariam permanentes elevações no grau de auto-exploração da força de trabalho da família camponesa e pressionariam constantemente no sentido da redução da relação trabalho/(terra+capital) através da elevação do seu denominador, ou seja através de novos investimentos<sup>5</sup>.

<sup>5</sup> É interessante observar como estes argumentos são praticamente os mesmos desenvolvidos por Esther Boserup para a compreensão da lógica de sucessão dos diversos estágios de desenvolvimento da agricultura. A sua teoria é proposta para regiões e não para a unidade produtiva, substituindo o desenvolvimento demográfico da

Concluindo: encontramos em Chayanov, uma vez considerado o todo de sua argumentação, uma teoria do investimento camponês que se fundamenta primordialmente em dois pontos. Primeiro, na consideração de que o rendimento do trabalho camponês não é regulado (não é uma média relativamente estável), podendo sua relação com os custos se situar, sem constituir anomalia, muito abaixo mas também muito acima do permitido pela soma do salário e do lucro. Segundo, no entendimento, a partir dos quatro argumentos acima, de que há uma pressão interior à unidade camponesa, que atua ao longo de quase toda sua vida (só na fase madura esta pressão se inverteria na direção do desmembramento da unidade) continuamente no sentido de alterar a base produtiva, no sentido de investir, ampliando a disponibilidade de recursos naturais e de capital.

Pode-se inferir do exposto uma relação entre os dois pontos apresentados, o que permitiria uma importante conclusão: para um número estruturalmente significativo das unidades camponesas há uma disposição a investir que funciona independentemente das condições cíclicas da economia como um todo ou mesmo dos movimentos conjunturais do mercado agrícola; a materialização desta propensão em investimentos reais, contudo, requer conjunturas favoráveis.

O tratamento que Chayanov dá a esta relação é insuficiente<sup>6</sup>, gerando o que Ellis (1988:114) veio a entender como sua ambiguidade no trato do impacto das decisões da unidade produtiva nas mudanças na função de produção. Contudo, a colocação permite supor um potencial distinto das estruturas camponesas, entendendo-as como capazes de inovar e, mais que isso, altamente propensas a tal. A incompatibilidade apresentada por Marx, entre campesinato e capitalismo, pareceria não ter razão de ser.

## 5. Elementos para uma teoria do investimento camponês

Os últimos setenta anos de convivência do campesinato com o capitalismo mostram, a grosso modo, realidades que parecem paradoxalmente confirmar e negar as proposições de Chayanov e Marx. Confirma as noções de Chayanov que aqui apresentamos, a continuidade de formas camponesas em todos os países capitalistas avançados. E, mais que isso, a sua tendência ao superinvestimento - objeto das análises de Johson (1969) e Cochrane (1979) e base para o desenvolvimento da teoria do *treadmill*

---

família (de natureza cíclica) por uma variável linear e independente de crescimento populacional de uma determinada área. O principal resultado de sua investigação é o enunciado de que à proporção que a população cresce haveria condições de passagem da agricultura de ciclo longo para de ciclo mais curto - de tecnologias extensivas para tecnologias mais intensivas (enfim, os investimentos na agricultura que chama primitiva associam-se a pressões demográficas). E os estágios não poderiam se inverter, precisamente porque à intensidade dos ciclos corresponderia uma elevação do montante de trabalho por ano, despendido por cada trabalhador, e a uma correspondente queda na produtividade do trabalho medida por hora aplicada - isto é, ao lado do crescimento da produtividade por unidade de área, proporcionado pela agricultura de maior intensidade, reduzir-se-ia a produtividade por unidade de trabalho. Conf. Boserup, 1988.

- os camponeses, na sua relação com o capitalismo são levados a atitudes microeconômicas que os fazem andar sempre com todo vigor sem, todavia, sair do lugar; precisamente como as pessoas que movem o moinho *treadmill* -, apresentada entre nós por José Eli da Veiga (1991:49-51) e Ricardo Abramovay (1992:214-220). Todavia, porque em vários países os camponeses não se tecnificam, não se modernizam?<sup>7</sup>.

A busca de respostas a estas questões nos induzem a defender a proposição, já feita por Tepicht (1973), de que por mais que se defenda a especificidade da microeconomia camponesa, é fundamental compreender a socialização do específico (COSTA, 1991:184). Nesse sentido, interessa estabelecer, primeiro uma distinção e, segundo, a relação entre a auto-exploração camponesa - entendendo-a como aquilo que se impõe por condicionantes puramente internas da unidade - com a exploração derivada do ambiente sócio-econômico no qual esta se insere: a exploração contida nos parâmetros estabelecidos macroeconomicamente, no interior dos quais a família camponesa terá que se reproduzir. Aí, buscar-se-ão as bases para uma teoria do investimento camponês - fundamento de seu movimento, de sua trajetória ascendente ou descendente no interior do capitalismo.

#### 5.1. Do sistema de forças internas e da determinação de um ponto de acomodação estrutural da unidade camponesa

À semelhança de Chayanov, para nós a intensidade do trabalho aplicado por determinação exclusiva de fatores internos da unidade familiar, onde se incluem padrões culturais definidos em relação a necessidades reprodutivas (padrões de consumo) e produtivas (ética do trabalho e das relações com a natureza), resulta de um sistema de forças contrárias que estabelecem tendencialmente um ponto de acomodação relativamente estável. Esse sistema poderia ser descrito por equações que expressem respectivamente a evolução da *insatisfação da família* com o seu *nível de consumo* e o seu *grau de fadiga e incômodo* para cada nova unidade de trabalho alocado. Por exemplo,

$$V = v \cdot \left(1 + \frac{1}{C}\right)^{-H} \quad \text{e} \quad (10)$$

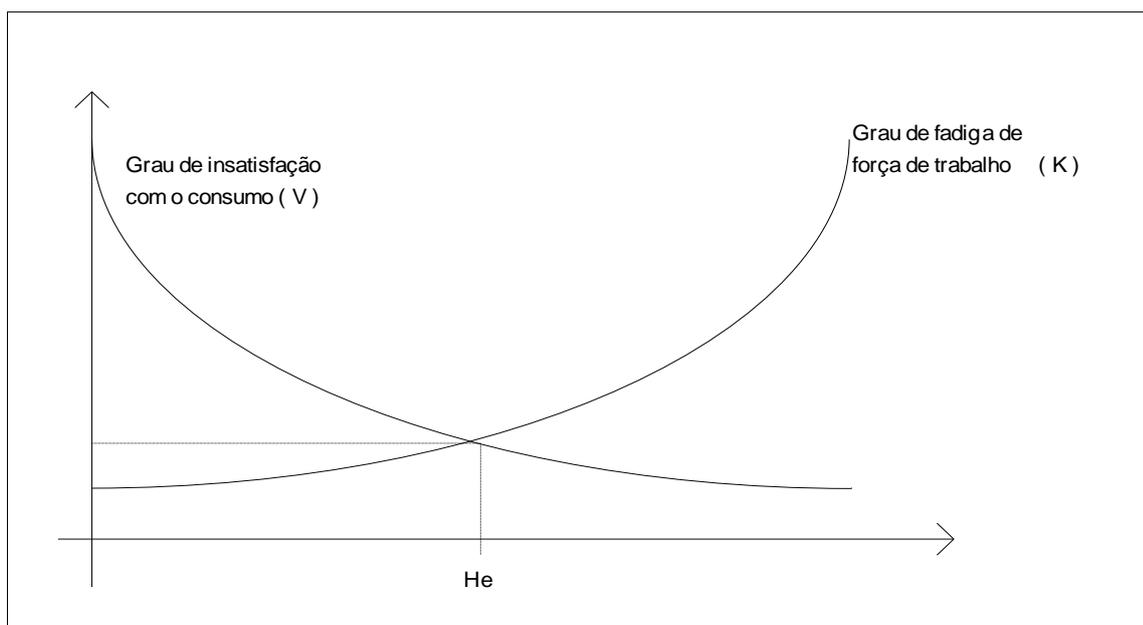
$$K = k \cdot \left(1 + \frac{1}{T}\right)^H \quad (11)$$

<sup>6</sup> Parece inquestionável a importância que o autor dava as conjunturas, sem contudo chegar a uma teoria consistente.

<sup>7</sup> Questão objeto das preocupações de uma discussão relativamente extensa, onde destacam-se os questionamentos de Schultz (1964), Lipton (1982) e mesmo de autores de inspiração nitidamente chayanoviana como Mellor (1963), Sen (1966) e Nakagima (1969). Ver, para aprofundamento, os trabalhos Blum (1989), Harris (ed.) (1982), Ellis (1988) e Abramovay (1992).

onde  $V$  e  $K$  são, respectivamente, o grau de insatisfação com o nível de consumo e o grau de fadiga da família para cada nível de  $H$  (trabalho alocado para o preenchimento do orçamento),  $v$  grau de insatisfação máxima e  $k$  o grau de fadiga mínimo para um orçamento nulo,  $C$  o número de consumidores e  $T$  o de trabalhadores equivalentes da família. O ponto de equilíbrio (ponto de acomodação)  $H_e$  variará com deslocamentos de  $v$  e  $k$  (introdução de novas necessidades de consumo e padrões de trabalho), para  $C$  e  $T$  constantes e com as mudanças nas inclinações das curvas provocadas pelas variações de  $C$  e  $T$ . Se aumenta o número de consumidores a curva tornar-se-á menos inclinada indicando que a insatisfação reduz mais lentamente para cada nível de atendimento do orçamento e só com um orçamento maior encontrar-se-á um novo equilíbrio a novo grau de fadiga. Se aumenta o número de trabalhadores, acontece o mesmo com a fadiga que passa a crescer menos para o conjunto da família, por cada nova unidade de trabalho despendida no atendimento das necessidades familiares, etc. (ver Gráfico 2).

GRÁFICO 2 - REPRESENTAÇÃO DA RELAÇÃO ENTRE OS GRAUS DE FADIGA DO TRABALHO E INSATISFAÇÃO PELO CONSUMO PARA CADA NÍVEL DE APLICAÇÃO DE TRABALHO



## 5.2. Das determinantes externas dos movimentos de fuga em relação ao ponto de acomodação reprodutiva da unidade camponesa

Considerando, todavia, como estabelece Marx e, de resto Chayanov, que campesinato supõe mercado, as condições expostas no capítulo 2, acima, fazem-se valer, de formas que o orçamento ( $H_e$ ) exigirá uma quantidade real de trabalho ( $H_r$ ) igual a

$$H_r = (1 + \alpha) \cdot H_e \quad (12)$$

onde  $\alpha$  significa precisamente a taxa de exploração total conceituada na relação (3), do capítulo 2.

Aduzindo as argumentações de Ellis (1988) e as minhas próprias (COSTA, 1989 e 1991), de que a integração camponesa aos mercados é quase sempre parcial, encontramos que o balanço de trabalho da unidade faz-se de tal forma que

$$Hr = 1 + \alpha \cdot (1 - u) \cdot He, \quad (13)$$

onde  $u$  é igual a proporção do orçamento absorvido na forma de *valor de uso* (autoconsumo)<sup>8</sup>.

Assim, se é verdade que a unidade camponesa orienta-se por uma tendência de equilíbrio estabelecido a partir das condições internas derivadas do fato de ser unidade de produção e consumo é também certo que sua realidade efetiva-se por contínuos desvios em relação a essa acomodação; desvios esses provocados por fatores externos (expressos pela taxa  $\alpha$  de exploração total) atuantes conjunta e contrariamente com o autoconsumo na determinação de um tempo real de trabalho  $Hr$ . E cada um desses desvios levam a uma situação de maior fadiga para mesmo nível de satisfação<sup>9</sup>.

**A unidade camponesa tem, por definição, uma outra grandeza decisiva: o tempo total de trabalho passível de ser desenvolvido pelo conjunto da família,  $Ht$ . Se  $\alpha > 0$  então  $Hr > He$  e**  
**Resumo:**

Este artigo apresenta um modelo de análise do investimento na unidade de produção camponesa a partir das proposições de Marx e Chayanov. Apresenta os fundamentos da visão pessimista de Marx e a perspectiva chayanoviana de uma propensão camponesa a investir, particularmente, elevada. Partindo dessa discussão, formula-se uma abordagem que considera o potencial percebido por Chayanov a partir de fundamentos microeconômicos da economia camponesa e os limites do investimento camponês num sistema capitalista observados por Marx a partir de uma perspectiva macroeconômica das características específicas da pequena produção de mercadorias. Finalmente, o artigo propõe generalizações que encontram nas contradições entre as restrições reais, determinadas pelas macro-variáveis e o potencial das avaliações subjetivas da família como unidade de produção e consumo, quanto às suas necessidades de investir, o principal fundamento das formas diversas como tem se apresentado a relação campesinato/capitalismo.

**Palavras-chave:** Marx. Chayanov. Economia Camponesa. Campesinato.

<sup>8</sup> Para uma dedução mais completa da fórmula do balanço de trabalho ver Costa (1989: p.232-238 e 1991: p.184-187).

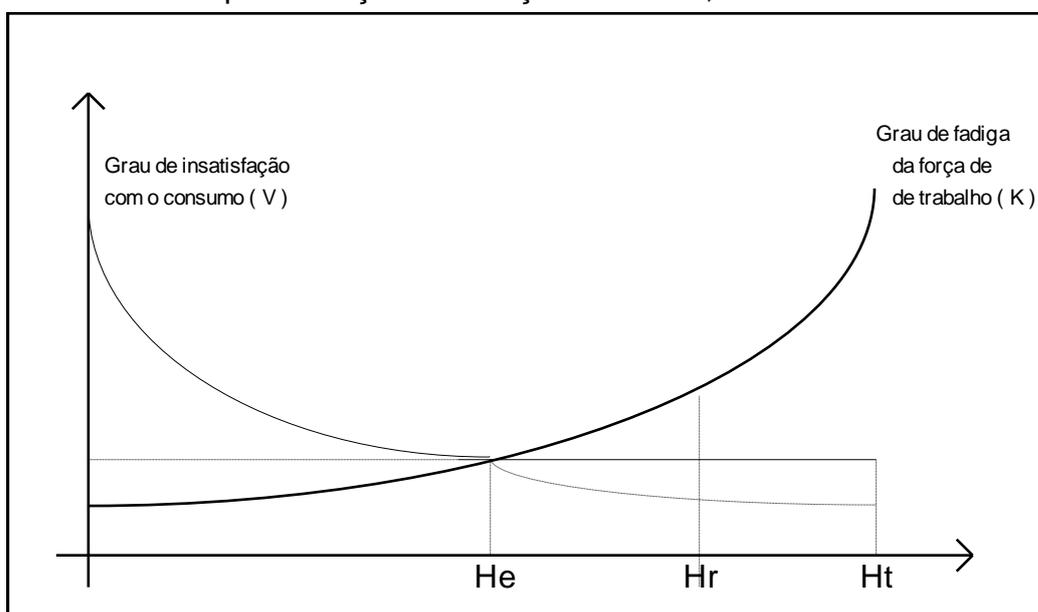
<sup>9</sup> Esse tipo de compreensão marca uma diferença em relação ao esquema analítico de Chayanov. Para este, uma deterioração nos termos de troca camponeses levaria a um deslocamento para a esquerda, da curva penosidade do trabalho, colocando a família diante de um orçamento inferior ao dado antes como satisfatório. Na nossa interpretação, tal procedimento só aconteceria se o novo  $Hr$  fosse maior que  $Ht$ , o total de trabalho da família. Neste caso, a família trabalharia com nível máximo de fadiga e num nível de insatisfação, como consumidora, superior ao precedente. Se  $Hr < Ht$ , ela buscaria atender com mais trabalho o orçamento  $He$ .

As estratégias de reprodução no longo prazo, onde o investimento na mudança da base técnica tem papel central, definem-se a partir de uma insistente busca em minimizar os desvios entre o tempo de trabalho realmente despendido,  $H_r$ , e o orçamento de acomodação  $H_e$ .

### 5.3. A grandeza básica da unidade camponesa: o coeficiente de transformação de trabalho despendido em meios de reprodução

Pelo exposto, as estratégias de alocação de trabalho visam a reprodução da família de tal modo que  $H_r - H_e$  seja mínimo. Ou seja, que o desvio entre o trabalho total alocado e o nível de reprodução que se pudesse considerar de acomodação fosse mínimo.

Gráfico 3 - Representação da relação entre  $H_e$ ,  $H_r$  e  $H_t$



A quantidade total de trabalho aplicado nas diversas produções que conformam uma unidade camponesa é

$$H_r = \sum_{i=1}^n W_{LCi} \quad (W_{LC1} + W_{LC2} + W_{LC3} + \dots + W_{LCn}) \quad (14)$$

onde  $W_{LC}$  (já definido acima) é o tempo de trabalho que a unidade particular despende na obtenção do total do produto  $i$ .

Por sua vez, a transformação do trabalho total em orçamento (meios de reprodução), de tal forma a compor o orçamento  $H_e$  faz-se por taxas de transformação particulares para cada produto. Assim

$$He = \frac{1}{1 + \alpha_1 \cdot (1 - u_1)} \cdot W_{LC1} + \dots + \frac{1}{1 + \alpha_n \cdot (1 - u_n)} \cdot W_{LCn} \quad (15)$$

Isso posto, será estabelecido um índice relativo de transformação do trabalho total aplicado em meios de reprodução da unidade produtiva desde que se substitua o tempo absoluto de trabalho aplicado em cada produto pela proporção de cada uma destas parcelas no tempo total despendido com todos os produtos. Isto é: se dividirmos toda a relação por Hr teremos como resultado uma grandeza entre 0 e 1 que representa quanto uma dada unidade produtiva aproveita de cada unidade de trabalho despendida. Considerando, para cada produto i,

$$\lambda_i = \frac{1}{1 + \alpha_i \cdot (1 - u_i)} \quad e \quad (16)$$

$$\eta_i = \frac{W_{LCi}}{Hr} \quad (17)$$

teremos, para cada unidade produtiva, um índice particular de transformação do trabalho despendido em meios de reprodução, h dado pela relação abaixo:

$$h = \sum_{i=1}^n \lambda_i \cdot \eta_i \quad (18)$$

Consideramos esta a grandeza mais importante da unidade de produção camponesa. Pois ela se constitui - por expressar uma síntese entre as condições de autoexploração (He) e as que resultam de condições outras, determinadas por forças de mercado ou peculiaridades físicas com efeito sobre a produtividade - a medida mais forte da eficiência da unidade produtiva. Em princípio, quanto mais próximo de 1 for h mais eficiente é economicamente a unidade produtiva que atua, por isso, perseguindo a sua maximização.

A maximização de h resultará, para os valores de  $\alpha_i$  constantes (para um mesmo sistema de produção, isto é, para as mesmas proporções de dispêndio de trabalho em um mesmo conjunto de produtos), pela elevação de i - é dizer, considerada a definição de  $\alpha$  (ver relação 3), pela redução dos valores respectivos de a,  $\omega$  e 1-u, alterados individual ou concomitantemente, em relação a todos ou pelo menos um dos produtos em questão.

As possibilidades de alteração destas variáveis são diferenciadas de produto para produto e às vezes de unidade produtiva para unidade produtiva. Por exemplo, pelo visto na equação (5), a taxa "a" reduz com a redução da taxa de lucro do capital mercantil e com a melhoria da relação de preços. Para alguns produtos, dependendo do circuito de comercialização, é possível alterar as condições de

intermediação, rompendo com alguns elos da cadeia mercantil. Para outros produtos isto é praticamente impossível sob certas condições. Da mesma forma, alterar  $\omega$  implica em certos supostos mais ou menos difíceis de ser atendidos. Nem todo produto, também, pode ter seu autoconsumo ampliado.

Se, por outra parte, os limites de alteração das variáveis que determinam  $\lambda_i$  mostrarem-se absolutos,  $h$  sempre poderá crescer a partir de mudanças nas proporções  $\eta_i$  de aplicação do trabalho total, de tal sorte que aloque-se relativamente mais tempo de trabalho da família nos produtos de maior  $\lambda_i$ . Ou, ainda, a partir da inclusão de novos produtos com coeficientes  $\lambda_i$  mais elevados. Aqui ganham vulto as alterações nos sistemas agrônomicos de produção e o significado estrutural da diversidade (também biológica) para a economia camponesa.

#### 5.4. O investimento camponês

Em qualquer dos casos, contudo, a maximização não fortuíta de  $h$  requer investimentos, aqui entendidos sempre como resultado do dispêndio adicional de trabalho (além de  $H_r$ ) que se faz ou para obter, pela via do mercado, novos requisitos de capital produtivo ou mercantil ou para aplicar diretamente na formação interna de meios de produção ou na reorganização do sistema de produção (implantação de novos produtos, intensificação do sistema vigente, etc.).

Considerando as argumentações de Chayanov, dispêndio adicional de trabalho com vistas à formação de capital far-se-ia por uma *propensão* dada pela relação

$$\delta = \frac{H_r - H_e}{H_e} \quad (19)$$

Todavia, é lícito introduzirmos o argumento de que a propensão a investir  $\delta$  incide sobre um fundo restante de força de trabalho na determinação do tempo efetivamente disponível para investimento ( $W_{MIK}$ , também já definido acima).

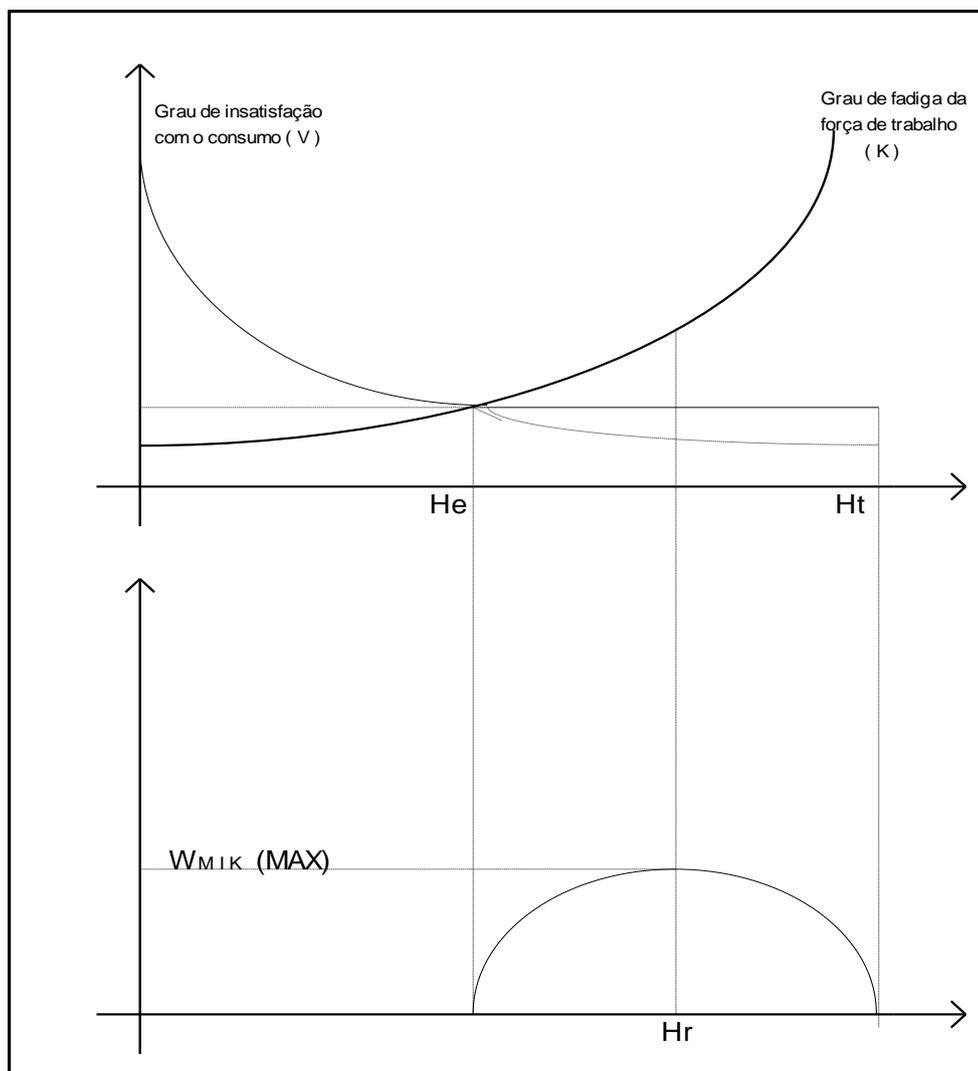
Assim

$$W_{MIK} = \delta.(H_t - H_r) \quad (20)$$

Aqui reside uma das fortes contradições da economia camponesa: à proporção que a propensão a investir aumenta (com o aumento de  $H_r$ ) a base de trabalho sobre a qual incide - e que permite o investimento ou na forma de autoconsumo intermediário (investimentos feitos com o uso da força de trabalho familiar), ou na forma de receita extra obtida por produção adicional de mercadorias - reduz, até o ponto em que ela é máxima e o fundo de trabalho restante é zero. Ponto em que o investimento torna-se impossível.

Existe um ponto de Hr em que o tempo disponível para investimento é máximo. Se o dispêndio de trabalho total se distancia daí, para a direita ou para esquerda, reduz-se a disponibilidade efetiva para investimentos.

GRÁFICO 4 - REPRESENTAÇÃO DA EVOLUÇÃO DO TEMPO EFETIVAMENTE DISPONÍVEL PARA INVESTIMENTOS EM UNIDADES CAMPONESAS.



O movimento expressa-se pela parábola

$$W_{MIK} = - (1/He) \cdot Hr^2 + (1+Ht/He) \cdot Hr - Ht \quad (21)$$

apresentada no Gráfico 4, acima.

## 6. Considerações finais

Se uma unidade camponesa produz sob condições tais que o dispêndio total de trabalho (Hr) para obtenção de sua reprodução faz-se no limite da disponibilidade de força de trabalho (Ht) ela tenderá a ser extremamente conservadora em relação a mudanças: apesar de ter fortes razões para

mudar, ela simplesmente não tem como fazê-lo sem correr fortes riscos, de vez que sua capacidade está totalmente comprometida, sem folga para absorver instabilidades decorrentes de experimentações. Se, ao contrário,  $H_r$  se aproxima do ponto de acomodação  $H_e$ , não haverá disponibilidade ao investimento porque não haverá razões reais a sua existência ( $h$  tende ao máximo e o funcionamento da unidade produtiva tende a parecer, para os componentes da família em questão, ótimo).

O primeiro caso corresponde ao que Marx entendia como a situação por excelência do campesinato no capitalismo: a relação de preços e taxa de lucro do capital mercantil movimentar-se-iam sempre no sentido de manter próximos  $H_r$  de  $H_t$ , eliminando as possibilidades de investimentos e provocando, a partir dos efeitos sobre a produtividade  $\omega$ , uma causação cumulativa de desvantagens econômicas que terminariam por conduzir à extinção.

O segundo caso corresponde, para a unidade de produção camponesa, a situação prevista por Boserup para uma comunidade de camponeses que simplesmente se compreendem produzindo o mais eficientemente possível para atendimento de sua função básica, a reprodução do grupo, em condições objetivas dadas.

A história do desenvolvimento da relação do campesinato com o capitalismo, incluindo aí sua saga no capitalismo brasileiro, apresenta situações ilustrativas de ambas as possibilidades, digamos, extremas. Relativiza-as, contudo, apresentando, na verdade, em muitos casos, a relevância estrutural das condições que determinam uma elevada disposição a investir do conjunto dos camponeses.

Nos países do capitalismo avançado, a antevisão de Marx foi contrariada pela organização cooperativa, de um lado, e pelas políticas de subsídios de outro. Também aí, os riscos de uma acomodação à la Boserup sempre estiveram minimizados pelo fato do esforço de maximização de  $h$  se fazer sempre pela ampliação da oferta dos produtos camponeses e, portanto, deteriorando a relação de preços entre estes produtos e os produtos industriais. Em conjunto, estes movimentos tiveram como resultado uma administração da máxima permanência do campesinato em posição de elevada exploração com máxima disposição a investir.

No caso da fronteira amazônica demonstramos (COSTA, 1989 e 1991) que o capital mercantil tem amplo campo de ampliação de  $m$  ali onde há baixa densidade demográfica: nas áreas novas de fronteira o capital mercantil e usurário faz oscilar sua taxa de lucro  $m$  em função direta do movimento dos preços dos produtos camponeses no mercado nacional. Nas áreas de alta densidade demográfica, ao contrário, em conjuntura de alta dos produtos camponeses o capital mercantil amplia a massa mas reduz, por efeito da concorrência entre suas parcelas, a taxa de lucro. Adicionalmente, demonstra-se que com o adensamento populacional e a urbanização a ele associada criam-se mercados locais não desprezíveis, ampliando-se as alternativas para mudanças nos sistemas de produção e para implementação de estratégias de maximização de  $h$  distintas do que usualmente se considera

tradicional em contexto de fronteira. Num caso como no outro, há movimentos contra-restantes às determinações das posições extremas, em movimentos semelhantes aos indicados por Shanin (1982) na determinação de uma mobilidade cíclica - permitindo visualizar, também aqui, um campesinato capaz de se comportar com elevada motivação, capacidade e oportunidade de, a seu modo, investir<sup>10</sup>.

---

<sup>10</sup> É o que os dados censitários de 1985 insinuaram, permitindo os meus comentários e indicações sobre um possível campesinato inovador em Ecologismo e Questão Agrária na Amazônia (Costa, 1992). Com os primeiros resultados de pesquisa detalhada por mim coordenada pode-se ser mais incisivos em relação a essas possibilidades (ver Costa, 1993).

**Referências:**

- ABRAMOVAY, R. (1992). Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão. Hucitec/ANPOCS/Ed. da Unicamp, São Paulo-Rio de Janeiro-Campinas.
- BLUM, V. (1989). Zur Organization kleinbäuerlichen Wirtschaftens. Verlag Breitenbach Publishers, Saarbrücken-Fortlauderdale.
- BOSERUP, E. (1988). Evolução Agrária e Pressão Demográfica. Ed. Hucitec, São Paulo.
- COCHRANE, W. W. (1979). The Development of American Agriculture - A Historical Analysis. University of Minneapolis Press, Minneapolis.
- CHAYANOV, A. (1923). Die Lehre von der bäuerlichen Wirtschaft. Versuch einer Theorie der Familienwirtschaft im Landbau. Verlag Paul Parey, Berlin.
- \_\_\_\_\_, (1974). La Organización de la Unidad Económica Campesina. Buenos Aires.
- COSTA, F. de A. (1989). Bauern, Märkte und Kapitalakkumulation. Verlag Breitenbach Publishers, Saarbrücken - Fort Lauderdale.
- \_\_\_\_\_, (1993). Valor e Preço, Exploração e Lucro da Produção Camponesa na Amazônia: crítica à noção de funcionalidade da produção familiar na fronteira agrícola. In: Léna, P. e Oliveira, A. E. de (Orgs.). Amazônia: a fronteira agrícola 20 anos depois. MPEG, Belém (Coleção Eduardo Galvão) p. 177-203.
- \_\_\_\_\_, (1992). Ecologismo e Questão Agrária na Amazônia. Belém, Ed. da UFPa (Série Estudos SEPEQ/NAEA), 1992.
- \_\_\_\_\_, (1993). O Desenvolvimento Agrícola dos Anos Oitenta no Estado do Pará e sua Fontes de Financiamento. Papers do NAEA Nº 7 .
- ELLIS, F. (1988). Peasant Economics: Farm Households and Agrarian Development. Cambridge University Press, Cambridge.
- JOHNSON, G. L. (1969). The Modern Family Farm and its Problems: With Particular Reference to the United States of America. In: Papi, U. et alii (org.). Economic Problems of Agriculture in Industrial Societies. Macmillan, Londres.
- LENIN, V. I. - El Desarrollo del Capitalismo en Russia. Ariel História, Barcelona, 1974.
- LIPTON, M. (1982). Why poor people stay poor. In: Harriss, J. Rural Development: Theories of peasant economy and agrarian change. Hutchinson University Library, London. pp. 66-81.
- \_\_\_\_\_, (1982). Game against nature: theories of peasant decision-making. In: Harriss, J. Rural Development: Theories of peasant economy and agrarian change. Hutchinson University Library, London. pp. 258-268.
- MARX, K. (1985). O Capital: crítica da economia política. Livro 3, V VI. Difel, São Paulo.
- \_\_\_\_\_, (1976). O Capital. crítica da economia política. Livro 1. Civ. Brasileira, São Paulo.
- MARX K. (1978). Para a Crítica da Economia Política. In: Os Pensadores. Abril Cultural, São Paulo.
- SEN, A. K. (1966). Peasants and Dualism with or without Surplus Labor. In: The Journal of Political Economy, v. LXXIV, n. 5:425-450.
- SHULTZ, T. (1965). A Transformação da Agricultura Tradicional. Zahar, Rio de Janeiro.

SHANIN, T. (1982). Polarization and cyclical mobility: the Russian debate over the differentiation of the peasantry. In: Harriss, J. Rural Development: Theories of peasant economy and agrarian change. Hutchinson University Library, London. pp. 223-245.

TEPICHT, J. (1973). Marxisme et Agriculture: le paysan polonais. Librairie Armand Colin, Paris.

VEIGA, J. E. da (1991). Fundamentos do Agro-Reformismo. In: Lua Nova, n. 23. pp. 39-66.